

Brasília-DF, 22 de novembro de 2011

Brasil: país dos contrastes e da desigualdade social

Renda dos ricos supera a dos pobres em 39 vezes, diz IBGE. Dados do Censo 2010 foram divulgados nessa quarta, 16

Embora pesquisas apontem quedas sucessivas na desigualdade de renda no Brasil, dados do Censo 2010 divulgados nessa quarta-feira, 16, mostram que os 10% mais ricos no País têm renda média mensal 39 vezes maior que a dos 10% mais pobres. Ou seja, um brasileiro que está na faixa mais pobre da população teria que reunir tudo o que ganha (R\$ 137,06) durante três anos e três meses para chegar à renda média mensal de um integrante do grupo mais rico (R\$ 5.345,22).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os 10% mais pobres ganhavam apenas 1,1% do total de rendimentos. Já os 10% mais ricos ficaram com 44,5% do total. Outro recorte revela o rendimento médio no grupo do 1% mais rico: R\$ 16.560,92. Os dados valem para a população de 101,8 milhões de brasileiros com 10 anos ou mais de idade e algum tipo de rendimento em 2010. A renda média mensal apurada foi de R\$ 1.202. Levando-se em conta os habitantes de todas as idades, o IBGE calculou a renda média mensal per capita de R\$ 668. O Censo indica, porém, que metade da população recebia até R\$ 375 por mês, valor inferior ao salário mínimo oficial em 2010 (R\$ 510).

Cidades

O IBGE também mostra que as cidades de porte médio, com população entre 10 mil e 50 mil habitantes, foram as que apresentaram a maior incidência de pobreza. Enquanto a proporção de pessoas que viviam com até R\$ 70 de rendimento domiciliar per capita era, em média, de 6,3% no Brasil, nos municípios de 10 mil a 20 mil habitantes esse percentual era o dobro (13,7%), com metade da população nessas cidades vivendo com até meio salário mínimo per capita. Já nas cidades com população superior a 500 mil habitantes, menos de 2% recebiam até R\$ 70 per capita e cerca de um quarto (25%) vivia com até meio salário mínimo de rendimento domiciliar per capita.

Entre as capitais, segundo o IBGE, manteve-se a tendência de melhores níveis de rendimento domiciliar per capita nas regiões Sul e Sudeste. O maior valor (R\$ 1.573) foi registrado em Florianópolis (SC), onde metade da população recebia até R\$ 900. Em 17 das 26 capitais, metade da população não recebia até o valor do salário mínimo.

Entre as capitais, a pior situação foi registrada em Macapá: rendimento médio domiciliar per capita de R\$ 631, com 50% da população recebendo até R\$ 316. A capital do Amapá também ficou com a maior proporção de pessoas com rendimento domiciliar per capita de até R\$ 70 (5,5%) e até um quarto de salário mínimo (16,7%). No Sudeste, o Rio registrou os maiores percentuais de pessoas nessas condições (1,1% e 4,5%, respectivamente). Os melhores indicadores foram observados em Florianópolis (SC): 0,3% da população com rendimento médio mensal domiciliar de até R\$ 70 e 1,3% com até um quarto do salário mínimo.

Cor e gênero

No Brasil, os rendimentos médios mensais dos brancos (R\$ 1.538) e amarelos (R\$ 1.574) se aproximaram do dobro do valor relativo aos grupos de pretos (R\$ 834), pardos (R\$ 845) ou indígenas (R\$ 735). Entre as capitais, destacaram-se Salvador, com brancos ganhando 3,2 vezes mais do que pretos; Recife (3,0) e Belo

Horizonte (2,9). Quando analisada a razão entre brancos e pardos, São Paulo apareceu no topo da lista, com brancos ganhando 2,7 vezes mais, seguida por Porto Alegre (2,3).

Os homens recebiam no País em média 42% mais que as mulheres (R\$ 1.395, ante R\$ 984), e metade deles ganhava até R\$ 765, cerca de 50% a mais do que metade das mulheres (até R\$ 510). No grupo dos municípios com até 50 mil habitantes, os homens recebiam, em média, 47% a mais que as mulheres: R\$ 903 contra R\$ 615. Já nos municípios com mais de 500 mil habitantes, os homens recebiam R\$ 1.985, em média, e as mulheres, R\$ 1.417, uma diferença de cerca de 40%.

**Fonte: Agência Estado.*

FENASPS